

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.544 - SP (2019/0014970-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO  
**ADVOGADO** : ERIKA FERREIRA JEREISSATI - SP176783  
**AGRAVADO** : BRUNA MARA LISO GAGLIARDI - POR SI E REPRESENTANDO  
**AGRAVADO** : ALFREDO GAGLIARDI JUNIOR - ESPÓLIO  
**ADVOGADOS** : CAIO DE MOURA LACERDA ARRUDA BOTELHO - SP193723  
LUIS FELIPE PESTRE LISO - SP292260  
**INTERES.** : UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO  
MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL  
**ADVOGADOS** : EDUARDO PEREZ SALUSSE E OUTRO(S) - SP117614  
THIAGO MAHFUZ VEZZI - SP228213  
EDUARDO BARROS MIRANDA PERILLIER - SP301920

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** COBRANÇA. DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES RELATIVAS A ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE À SEGURADORA DO PLANO DE SAÚDE, QUE RECUSOU A COBERTURA. ARTS. 389 E 884 DO CC/02. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (SOCIEDADE) promoveu ação de cobrança contra BRUNA MARA LISO GAGLIARDI e ALFREDO GAGLIARDI JUNIOR – ESPÓLIO (BRUNA e ALFREDO).

Houve pedido de denúnciação à lide da UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO – EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL (UNIMED).

A sentença julgou procedente o pedido da SOCIEDADE para condenar BRUNA a pagar o valor de R\$ 20.260,83 relativo às despesas médico-hospitalares e julgou procedente a denúnciação da lide para o fim de declarar a responsabilidade regressiva da denunciada (UNIMED).

Inconformados, UNIMED, BRUNA e ALFREDO apelaram da sentença. O aresto se encontra assim sintetizado:

*COBRANÇA – Despesas médico-hospitalares relativas a atendimento de emergência - Denúnciação da lide à seguradora do plano de saúde, que recusou cobertura - Recursos contra sentença que julgou procedentes a cobrança e a denúnciação, mas sem responsabilizar diretamente a seguradora pela integralidade das despesas cobradas da paciente - Recusa de cobertura integral que não se sustém nas circunstâncias - Abusividade - Obrigação de arcar com todas as despesas relativas ao atendimento do paciente - Recurso da denunciada desprovido, provido a da ré/denunciante (e-STJ, fl. 309).*

Nas razões do especial, interposto com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, a SOCIEDADE alegou violação aos arts. 389 e 884 do CC/02. Sustentou, em síntese, que seu direito de crédito está sendo cerceado e que está havendo flagrante enriquecimento sem causa da recorrida.

Em juízo de admissibilidade, a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 378/389).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Observa-se, que as questões tais como postas nas razões do recurso especial não foram objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco foram opostos embargos de declaração, a esse respeito, estando ausente o indispensável debate prévio. Incidem, portanto, as Súmulas nºs 282 e 356 do STF. Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Por fim, advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator

